



ALEXANDRE RIBEIRO LIMA

**GREVE DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
OCORRIDA NO ANO DE 2012: ALGUNS
REFLEXOS GERADOS AOS ALUNOS DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

LAVRAS-MG

2015

ALEXANDRE RIBEIRO LIMA

**GREVE DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS OCORRIDA NO ANO
DE 2012: ALGUNS REFLEXOS GERADOS AOS ALUNOS DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de
Administração Pública, para obtenção do título de
bacharel em Administração Pública.

Orientadora

Dra. Viviane Santos Pereira

LAVRAS-MG

2015

ALEXANDRE RIBEIRO LIMA

**GREVE DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS OCORRIDA NO ANO
DE 2012: ALGUNS REFLEXOS GERADOS AOS ALUNOS DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de
Administração Pública, para obtenção do título de
bacharel em Administração Pública.

APROVADA em 24 de junho de 2015

Dra. Viviane Santos Pereira UFLA

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira UFLA

Orientadora

Dra. Viviane Santos Pereira

LAVRAS-MG

2015

À minha família, à minha namorada e aos meus amigos.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional em todas as etapas de minha vida.

À minha namorada, pelo precioso companheirismo e dedicação nos momentos mais difíceis e estressantes.

Aos meus verdadeiros amigos, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.”
(Aristóteles).

“A cultura forma sábios; a educação, homens.”
(Louis Bonald)

RESUMO

A greve é um direito constitucional de suma importância para toda classe trabalhadora, no entanto, esta pode gerar sérias consequências às pessoas que dependem dos serviços prestados pelos grevistas, principalmente, quando se trata de greve no serviço público. Tendo em vista que a Universidade Federal de Lavras ficou paralisada por um vasto período de 124 dias por conta da greve de professores universitários ocorrida em 2012; neste trabalho, buscou-se identificar os reflexos gerados aos alunos do curso de Administração Pública que vivenciaram a mencionada greve. Para tanto, como embasamento teórico, foram abordados: o histórico do direito de greve, o direito de greve no serviço público, a legislação que regulamenta o direito de greve, os conceitos de sindicalismo e greve, o posicionamento do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, as perspectivas dos discentes a respeito da greve e a forma como ocorreu a paralisação na Universidade Federal de Lavras. A fim de satisfazer o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa descritiva, contando com um universo de pesquisa de 192 alunos e uma amostra de 81 discentes. Foi realizado um levantamento de campo e utilizou-se amostragem por acessibilidade. A respeito da coleta de dados, esta se deu através de aplicação de questionários. Depois de analisados os resultados, concluiu-se que a greve, no geral, foi prejudicial aos alunos, uma vez que estes julgaram ter havido os seguintes prejuízos: queda no aprendizado/rendimento durante a reposição da greve, ociosidade no período paralisado, redução das férias nos semestres posteriores à greve e demais prejuízos. Embora a greve tenha sido prejudicial, no geral, sob a percepção dos alunos, os mesmos julgaram não ter havido dificuldades em iniciar, continuar e concluir atividades de ensino, pesquisa e extensão durante o período paralisado.

Palavras-chave: Greve de 2012. Greve de professores. Reflexos a alunos. Administração Pública. Universidade Federal de Lavras.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivo Geral	2
1.2	Objetivos Específicos	2
1.3	Justificativa	2
2	REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1	Breves Noções Históricas sobre Direito de Greve Trabalhista no Brasil	3
2.2	Direito de Greve Trabalhista no Serviço Público Brasileiro	4
2.3	Conceitos de Sindicalismo e Greve	7
2.4	Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN) e a Greve das Instituições Federais Ocorrida em 2012	10
2.5	Perspectivas dos Estudantes a Respeito da Greve de 2012	12
3	METODOLOGIA	15
4	RESULTADOS	16
4.1	Greve de Professores Ocorrida na Universidade Federal de Lavras, em 2012	17
4.2	Resultados e Discussão	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	45

1. INTRODUÇÃO

A greve é um direito fundamental previsto na Constituição Federal brasileira, que permite ao trabalhador reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração. Tal paralisação é uma atuação coletiva de trabalhadores de determinada classe com o intuito de demonstrar insatisfação com as condições de trabalho, visando obter negociações condizentes com suas necessidades. Embora a greve seja um importante mecanismo utilizado pelos trabalhadores a fim de assegurar direitos e condições dignas de trabalho, esta, por outro lado, pode prejudicar quem depende dos serviços prestados pelos grevistas, ainda mais quando se trata de greve no serviço público, como, por exemplo, greve de professores universitários, que será o objeto de estudo do presente trabalho.

Visto a importância da greve e a repercussão que esta pode causar na vida dos cidadãos; neste trabalho, serão analisados os reflexos da greve de professores da Universidade Federal de Lavras, ocorrida no ano de 2012, aos discentes do curso de Administração Pública presencial que vivenciaram o mencionado período. O problema de pesquisa, em questão, são as possíveis consequências causadas a estes alunos.

O direito de greve do trabalhador em geral é assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 9º, ao passo que o direito de greve dos servidores públicos é regulamentado em seu artigo 37, inciso VII.

O direito de greve para os trabalhadores em geral, previsto no artigo 9º da Constituição Federal de 1988, é exercido de acordo com a lei 7.783/89, que é a lei de greve da iniciativa privada. É válido ressaltar que, em 2007, o Supremo Tribunal Federal passou a aplicar, analogicamente, a lei 7.783/89 aos servidores públicos, no entanto, observando as especificidades do serviço público.

1.1 Objetivo Geral

Identificar as repercussões causadas aos alunos de graduação presencial de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras que vivenciaram o período de greve dos professores em 2012.

1.2 Objetivos Específicos

Mais especificamente, pretende-se:

- Identificar se os discentes foram a favor ou contra a greve;
- Avaliar se houve dificuldade de os alunos conseguirem iniciar, continuar e concluir atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a greve;
- Identificar quais tipos de atividades os estudantes desempenharam durante o período paralisado;
- Verificar se houve queda de aprendizado/rendimento dos alunos, no curso das disciplinas, durante o período de reposição da greve;
- Identificar, de forma geral, se a greve acarretou algum tipo de prejuízo na vida dos estudantes.

1.3 Justificativa

Tendo em vista possíveis consequências geradas aos discentes de graduação presencial de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras devido à greve de 2012, que causou uma paralisação de aulas por 124 dias, levanta-se as seguintes questões: Qual a percepção dos alunos sobre os impactos da greve em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade? Quais os

reflexos gerados no aprendizado/rendimento dos alunos? Será que os estudantes foram a favor ou contra a greve? Houve algum tipo de prejuízo pessoal e/ou profissional ocasionado pela greve?

O estudo possibilitará, ainda, que a Universidade Federal de Lavras possa utilizar os dados desta pesquisa, em greves futuras, caso ocorram, ajudando a esclarecer como a greve afeta os estudantes e, conseqüentemente, a gestão pública. Em razão disso, o trabalho será útil para a administração da universidade e para os sindicatos de professores e técnicos administrativos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breves Noções Históricas sobre Direito de Greve Trabalhista no Brasil

Existem diversos relatos antigos a respeito da greve trabalhista, no Brasil, e, ainda hoje, tal direito vem sofrendo constantes evoluções devido à legislação e devido aos entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e demais tribunais superiores.

Os primeiros relatos de greve, no Brasil, segundo Conceição (2009), tipificavam-na como crime e repreendia os grevistas. Tal transcrição deu-se no Código Penal de 1890.

Conceição (2009), ao fazer um estudo aprofundado sobre a consolidação da greve, no Brasil, discorre:

“Código Penal de 1890 proibia a greve no Brasil. Em 1932, a Lei nº 38 conceituou a greve como um delito. Na Constituição Federal de 1937, a greve ou lockout foram considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os interesses superiores da produção nacional.” (CONCEIÇÃO, 2009).

O direito de greve somente passou a ser reconhecido, no Brasil, através da Constituição da República Federativa de 1967, em seu artigo 158, XXI, *in fine*:

“Art 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

XXI - greve, salvo o disposto no art. 157, § 7º.

§ 1º - Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 2º - A parte da União no custeio dos encargos a que se refere o nº XVI deste artigo será atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto de contribuições de previdência arrecadadas, com caráter geral, na forma da lei.” (BRASIL, 1967).

Regulamentando a Constituição, o revogado Decreto-lei 1.632 trouxe as possibilidades e as proibições dentro do direito de greve.

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, tal direito passou a ser regulamentado em seu artigo 9º:

“Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.” (BRASIL, 1988).

Em 1989, foi aprovada a Lei nº 7783, que regulamenta o direito de greve da iniciativa privada, entretanto, sem mencionar a greve do serviço público.

2.2 Direito de Greve Trabalhista no Serviço Público Brasileiro

A respeito do direito de greve dos servidores públicos, estes são regulamentados pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso VII, com o seguinte texto de lei:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.” (BRASIL, 1988).

Ocorre que, diante da inércia legislativa em editar tal lei específica, os sindicatos utilizaram o objeto de mandado de injunção; conseguindo, assim, perante o Supremo Tribunal Federal, a aplicação análoga da lei nº 7783/89 aos servidores públicos até que a lei específica seja promulgada.

O mandado de injunção é um remédio constitucional e está regulamentado pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, LXXI, *in fine*:

“LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.” (BRASIL, 1988).

Em 2007, após inúmeras discussões, foi pacificado que, através dos mandados de injunção nº 670, 708 e 712, até que seja promulgada lei específica sobre a greve no serviço público, será aplicada, por analogia, a Lei Geral da Greve.

Contudo, a Suprema Corte definiu algumas peculiaridades para a aplicação ao setor público em função do Princípio da Continuidade do Serviço Público. Kostecki (2009), ao citar Bastos (1996), assim define o referido princípio:

“O serviço público deve ser prestado de maneira contínua, o que significa dizer que não é passível de interrupção. Isto ocorre pela própria importância de que o serviço público se reveste, o que implica ser colocado à disposição do usuário com qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade"... "Essa continuidade afigura-se em alguns casos de maneira absoluta, quer dizer, sem qualquer abrandamento, como ocorre com serviços que atendem necessidades permanentes, como é o caso de fornecimento de água, gás, eletricidade. Diante, pois, da recusa de um serviço público, ou do seu fornecimento, ou mesmo da cessação indevida deste, pode o usuário utilizar-se das ações judiciais cabíveis, até as de rito mais célere, como o mandado de segurança e a própria ação cominatória.”

Victor (2007), assim, enumera as restrições impostas pela Suprema Corte para a aplicação da Lei da Greve no setor público:

- 1) a suspensão da prestação de serviços deve ser temporária, pacífica, podendo ser total ou parcial;
- 2) a paralisação dos serviços deve ser precedida de negociação ou de tentativa de negociação;
- 3) a Administração deve ser notificada da paralisação com antecedência mínima de 48 horas;
- 4) a entidade representativa dos servidores deve convocar, na forma de seu estatuto, assembleia geral para deliberar sobre as reivindicações da categoria e sobre a paralisação, antes de sua ocorrência;
- 5) o estatuto da entidade deve prever as formalidades de convocação e o *quorum* para a deliberação, tanto para a deflagração como para a cessação da greve;
- 6) a entidade dos servidores representará os seus interesses nas negociações, perante a Administração e o Poder Judiciário;
- 7) são assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os servidores a aderirem à greve e a arrecadação de fundos e livre divulgação do movimento;
- 8) em nenhuma hipótese, os meios adotados pelos servidores e pela Administração poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem;
- 9) é vedado à Administração adotar meios para constranger os servidores ao comparecimento ao trabalho ou para frustrar a divulgação do movimento;

- 10) as manifestações e os atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa;
- 11) durante o período de greve, é vedada a demissão de servidor, exceto se fundada em fatos não relacionados com a paralisação, e, salvo em se tratando de ocupante de cargo em comissão de livre provimento e exoneração ou, no caso de cargo efetivo, a pedido do próprio interessado;
- 12) será lícita a demissão ou a exoneração de servidor na ocorrência de abuso do direito de greve, assim consideradas:
 - a) a inobservância das presentes exigências; e b) a manutenção da paralisação após a celebração de acordo ou decisão judicial sobre o litígio;
- 13) durante a greve, a entidade representativa dos servidores ou a comissão de negociação, mediante acordo com a Administração, deverá manter em atividade equipes de servidores com o propósito de assegurar a prestação de serviços essenciais e indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da coletividade;
- 14) em não havendo o referido acordo, ou na hipótese de não ser assegurada a continuidade da prestação dos referidos serviços, fica assegurado à Administração, enquanto perdurar a greve, o direito de contratação de pessoal por tempo determinado, prevista no art. 37, IX, da Constituição Federal ou a contratação de serviços de terceiros;
- 15) na hipótese de greve em serviços ou atividades essenciais, a paralisação deve ser comunicada com antecedência mínima de 72 horas à Administração e aos usuários;
- 16) a responsabilidade pelos atos praticados durante a greve será apurada, conforme o caso, nas esferas administrativa, civil e penal ^[17].”

2.3 Conceitos de Sindicalismo e Greve

A greve e o sindicalismo estão, plenamente, relacionados um com o outro. Para se examinar a greve, é necessário analisar, também, o que vem a ser sindicalismo.

Segundo Buen Lozano (1977), citado por Loureiro (2009), o sindicato nada mais é que uma associação profissional de classes, com um significado particular ligado ao fenômeno da luta de classes. O sindicato apresenta uma

ideia de coletividade organizada com o intuito de defender interesses relativos às relações de trabalho. De maneira mais abrangente, Magano (1982) define sindicato como “a associação de pessoas físicas ou jurídicas, que exerce atividade profissional ou econômica, para a defesa de respectivos interesses”.

Acerca do conceito de greve, Alonso Olea (2000) e Casas Baamonde (2000), citados por Loureiro (2009), definem-na como “a suspensão coletiva e acordada na prestação do trabalho por iniciativa dos trabalhadores”. Segundo esses autores, a definição de greve engloba cinco elementos. Primeiro, a greve é uma suspensão na prestação do trabalho. Segundo, a suspensão é coletiva. Terceiro, a greve não é uma cessação permanente, isto é, os trabalhadores, em greve, voltarão ao trabalho e a cessação será acordada. Por último, a greve é de iniciativa dos trabalhadores.

De maneira mais ampla, Sinay (1966), citado por Loureiro (2009), define a greve como “a recusa coletiva e combinada de trabalho que manifesta a intenção dos assalariados de se colocarem provisoriamente fora do contrato, com vistas a assegurar o sucesso de suas reivindicações”. Loureiro (2009), citando Sinay (1966), divide os elementos da greve em dois: materiais e psicológicos. Os elementos materiais subdividem-se em dois: cessação ou diminuição do trabalho; e a existência de um grupo de trabalhadores que faça parte da greve, definindo a greve como um movimento coletivo. Já os elementos psicológicos subdividem-se em três: intenção da greve, significando que esta tem de acontecer com uma finalidade, não somente cessando o trabalho; necessidade de um acordo entre os trabalhadores acerca da greve; e o motivo que a impulsionou, que é, provavelmente, a alteração em alguma condição de trabalho.

Loureiro (2009), ao citar Hueck (1963) e Nipperdey (1963), define a greve como “a suspensão conjunta e sistemática do trabalho de um grande número de trabalhadores dentro de uma profissão ou empresa para um fim conflitivo, com a vontade de continuar o trabalho com vistas à obtenção desse

fim ou à extinção da disputa”. Embora esses estudiosos refiram-se à suspensão do trabalho através de um amplo número de trabalhadores, os mesmos consideram, também, a greve como uma resistência pacífica, em que se comparece ao trabalho, entretanto, sem prestar serviço; bem como a greve parcial, que, mesmo não contando com um número elevado de trabalhadores, os que participam já são significantes e relevantes. Tais autores defendem, ainda, que a vontade dos trabalhadores em continuar, na relação de trabalho, é fundamental.

De forma mais ampla ainda, Nieto Garcia (1976), citado por Loureiro (2009), descreve a greve como “a suspensão coletiva e acordada de trabalho, realizada por iniciativa obreira, em uma ou várias empresas, profissões ou ramos de trabalho com o fim de conseguir objetivos de ordem profissional, político, ou se manifestar em protesto contra determinadas atuações patronais, governamentais ou outras”.

As definições que examinam a greve como um fato social costumam ser mais abrangentes do que as que examinam sob a ótica jurídica. Sinay (1966), citado por Loureiro (2009), discorre que, sociologicamente, greve é “todo movimento reivindicativo pelo qual um grupo profissional determinado reage com uma cessação de trabalho a decisões que ele contesta”. Por outro lado, juridicamente, a greve é mais limitada, já que impõe que os grevistas sejam trabalhadores subordinados, excluindo, assim, os trabalhadores autônomos. Ainda, segundo a mesma autora, o aumento de movimentos reivindicativos é oriundo de profissões liberais e protestos contra decisões do Governo. Hodiernamente, as greves têm como intuito, também, curvar o Estado. Tal tipo de greve, direcionada ao Estado, é representada, expressivamente, pela greve dos servidores públicos.

Latournerie (1972), citado por Loureiro (2009), afirma que são necessários três elementos para se considerar um fato social, sob a ótica jurídica,

como greve. Primeiramente, que seja uma cessação coletiva e acordada. Em segundo lugar, que, na origem da greve, exista um conflito de trabalho. Em terceiro lugar, que haja vontade dos trabalhadores em realizar a greve. Nota-se que, juridicamente, o conceito de greve é mais restrito.

2.4 Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN) e a Greve das Instituições Federais de Ensino Ocorrida em 2012

Segundo a Assessoria de Comunicação (ANDES-SN, 2015), desde o ano de 2010, os professores das Instituições Federais de Ensino (IFE), organizados na base ANDES-SN, vinham tentando negociar com o governo federal acerca da reestruturação da carreira no intuito de valorizar a atividade docente e resgatar direitos que foram excluídos dos professores nas últimas duas décadas. Além da reestruturação da carreira, outra reivindicação era a melhoria nas condições de trabalho.

Ainda, de acordo com a Assessoria de Comunicação (ANDES-SN, 2015), após haver suspensão unilateral das negociações, por parte do governo, em agosto de 2010, o Comando Nacional da Greve do ANDES-SN procurou outros canais na tentativa reabrir o processo, chegando a apresentar uma contraproposta em que os docentes adequaram os conceitos para a reestruturação da carreira de acordo com o piso e teto estabelecidos pelo governo. Mesmo com a flexibilidade para negociação demonstrada pelos professores, os representantes do Ministério da Educação e do Planejamento permaneceram irredutíveis.

Acerca da carreira, esta foi conquistada, em 1987, através da luta da categoria docente. Anteriormente, a carreira previa o estímulo ao desenvolvimento do professor de forma equilibrada, levando em consideração o tempo de serviço, a formação continuada, a avaliação do plano de trabalho no espaço acadêmico coletivo e a valorização da dedicação exclusiva como regime

de trabalho preferencial. Todavia, no decorrer dos anos, alterações realizadas pelos governos, desde o mandato de Fernando Collor de Melo, desconfiguraram a carreira, retirando alguns direitos dos docentes. A tabela salarial ficou sem mudanças, desde 2010, e a composição remuneratória foi prejudicada. (ANDES-SN, 2015).

A respeito da infraestrutura, a pauta foi a precarização do trabalho dos docentes agravada pela expansão das Instituições Federais de Ensino, a partir de 2008, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A reivindicação era pautada na carência de estruturas adequadas de salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, residências estudantis, restaurantes universitários, além da falta de profissionais para suprir o aumento de alunos. (ANDES-SN, 2015).

Segundo Mattos (2013), a greve foi desencadeada por conta da intransigência e do descaso do governo frente às reivindicações dos docentes representados pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior. A greve aconteceu entre maio e setembro de 2012. Foram 120 dias de paralisação envolvendo mais de 60 instituições. Cerca de 100 mil professores (entre ativos e aposentados) e um milhão de estudantes estiveram envolvidos na paralisação. Esses números fizeram com que esta greve se tornasse a maior da história da categoria, superando a paralisação ocorrida em 2005.

Em balanço, Mattos (2013) afirma que a categoria de professores não conseguiu ganhos significativos nos termos colocados em pauta nas negociações. O Projeto de Lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional contemplava reajustes salariais que, para a maioria dos níveis de carreira, mal cobriam a inflação estimada para os próximos anos, no entanto, para os níveis mais elevados de carreira, os ganhos foram reais. O mesmo autor discorre que:

“O fundamental de uma avaliação das respostas governamentais à pauta da greve é perceber que o governo

se moveu a partir da pressão da categoria, mas não cedeu em seu projeto mais amplo de universidade, pelo contrário, inseriu no Projeto de Lei uma lógica de progressão na carreira e uma série de mecanismos que podem ampliar a carga de trabalho docente, ao mesmo tempo em que subtraem à universidade as prerrogativas de autonomia na avaliação desse trabalho. No que tange às condições de trabalho, nenhum compromisso efetivo foi firmado, como ainda se percebe que as conseqüências do que foi proposto pelo governo sobre carreira docente, tendem a jogar mais água no moinho da precarização da atividade universitária.”

Enfim, a greve nas universidades federais foi de suma importância no sentido de emergir valores traçados pela solidariedade da classe docente, pelo trabalho coletivo e pelo comprometimento com um projeto universitário no intuito de contribuir para uma mudança qualitativa da sociedade. O Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior mostrou um grande empenho na tentativa de reivindicar melhorias nas condições de trabalho e na reestruturação da carreira dos professores. (Mattos, 2013).

2.5 Perspectivas dos Estudantes a Respeito da Greve de 2012

Em 17 de maio de 2012, estudantes da Universidade Federal de Lavras fizeram passeata pelo campus da universidade e pelas ruas da cidade para manifestarem interesse de aderir à greve em apoio às reivindicações dos professores. A iniciativa e a organização da passeata partiram do Diretório Central de Estudantes (DCE) e dos Centros Acadêmicos (CA's) dos diversos cursos da instituição. A assembléia dos estudantes aconteceu no Restaurante Universitário e contou com a participação de cerca de 700 estudantes. (UFLA, 2015).

Os estudantes direcionaram-se até a frente do prédio da reitoria, onde foram recebidos pelo reitor em exercício, na época, Antônio Nazareno

Guimarães Mendes, e pelo reitor eleito para a próxima gestão, José Roberto Soares Scolforo. Assessores e pró-reitores também presenciaram o movimento. Em seguida, os gestores ouviram, atentamente, as reivindicações dos estudantes no intuito de promover negociações. (UFLA, 2015).

De acordo com o Diretório Central dos Estudantes (UFLA, 2015), em 4 de agosto de 2012, completando quase três meses de paralisação, o mesmo, juntamente com a Liga Esportiva da UFLA e com o Comando de Greve Estudantil, realizou algumas solicitações ao reitor objetivando minimizar os possíveis prejuízos que poderiam ocorrer aos alunos, após a volta do período letivo, devido ao vasto tempo sem ministração de aulas. Segue, abaixo, os principais pontos ressaltados pelos discentes e solicitados ao reitor:

- Reposição de todas as atividades posteriores ao dia 17 de maio de 2012 (dia da deflagração da greve dos docentes);
- Todos os estágios feitos pelos discentes durante o período de greve tenham integralização curricular;
- Prorrogação de prazo do período de trancamento de disciplinas após o término da greve;
- Revisão do conteúdo programático das avaliações que ocorrerão nas primeiras semanas subseqüentes ao reinício das aulas;
- Garantia de funcionamento dos serviços básicos;
- Pagamento integral de bolsas institucionais durante o período de aula pós-greve;
- Não reprovação por faltas no semestre de 2012/1;
- Todas as matérias tenham avaliações substitutivas;
- Suspensão do Coeficiente de Rendimento Acadêmico Insuficiente no período letivo 2012/1;
- Suspensão dos trabalhos escolares de recuperação (2ª chamada) não aplicados até o início da greve dos servidores e estudantes;

- Participação na reformulação do calendário acadêmico.

Em âmbito nacional, no dia 26 de junho de 2012, representantes de Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes de 44 instituições federais de ensino superior estiveram presentes em uma grande marcha de estudantes, nas ruas de Brasília. A passeata tinha o intuito de apoiar a greve nacional dos docentes das universidades federais, que estava em seu 39º dia, e lutar em prol da educação nas universidades brasileiras. Cerca de 3 mil estudantes participaram da manifestação. (UNE, 2015).

A passeata ficou concentrada em frente à Biblioteca Nacional de Brasília. Os estudantes partiram rumo ao Ministério da Educação a fim de ocupar a entrada do órgão até que o ministro da educação, na época, Aloizio Mercadante, recebesse-os para ouvir pautas específicas de cada universidade. Estudantes de todo o país levantaram suas bandeiras para lutar pela ampliação da assistência estudantil, pela melhoria da estrutura das universidades e pelo aumento do número de restaurantes universitários, creches, moradias, bolsas e outras formas de auxílio que garantissem a qualidade nas instituições de ensino superior. (UNE, 2015).

De acordo com a Assessoria de Comunicação (UNE, 2015), a marcha dos estudantes contou com o apoio e a participação de representantes de 337 entidades educacionais, como: Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.

3. METODOLOGIA

No presente capítulo, serão expostas as técnicas que foram adotadas para a execução da pesquisa, abordando o tipo de pesquisa, o universo de pesquisa, o processo de coleta de dados, a amostra de pesquisa e as análises estatísticas. A pesquisa, em questão, é do tipo descritiva e utilizou-se um levantamento (*survey*).

A pesquisa descritiva procura reconhecer a natureza de um fato, identificando e caracterizando as relações entre as variáveis. Gil (1999). Vieira (2002) afirma que uma pesquisa descritiva visa conhecer e interpretar a realidade, através da observação, descrição, classificação e interpretação de fenômenos, sem interferir ou modificar.

O levantamento de campo (*survey*) é um dos formatos da pesquisa descritiva e foi adotado neste trabalho. Segundo Gil (1999), o levantamento de campo caracteriza-se pela busca em conhecer o comportamento das pessoas, solicitando informações a um grupo significativo de pessoas a respeito do problema estudado, a fim de obter conclusões relacionadas aos dados coletados. Vieira (2002) discorre que “as formas de coleta de informações mais utilizadas nesse tipo de pesquisa são: a longitudinal (coleta de informações ao longo do tempo) e a transversal (coleta de informações somente uma vez no tempo)”. Neste trabalho, a forma de coleta de informação utilizada foi a transversal.

O universo de pesquisa foi composto por alunos de graduação presencial de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras que vivenciaram a greve de professores em 2012. O número de alunos de Administração Pública matriculados, na instituição, no primeiro semestre de 2012, era de 192 alunos, segundo a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico. (UFLA, 2015). Sendo assim, o universo de pesquisa foi composto por 192 estudantes.

Acerca da técnica para coleta de dados, optou-se pelo uso de questionário. A fim de satisfazer os objetivos propostos, o questionário, contido no apêndice do trabalho, possui questões capazes de diagnosticar as consequências geradas à população pesquisada devido à greve de professores ocorrida em 2012. No questionário, há questões objetivas (incluindo o uso de escalas) e questões discursivas. As questões buscaram identificar se os alunos foram favoráveis à greve, se houve queda no aprendizado/rendimento dos discentes, se os estudantes sentiram dificuldades em desenvolver atividades na universidade, no período de greve, e demais repercussões.

Tendo em vista que 81 discentes do universo de pesquisa de 192 estudantes responderam os questionários aplicados, a amostra de pesquisa foi composta por 81 alunos. Os questionários foram distribuídos, por meio eletrônico, de 02 a 22 de maio de 2015.

No que tange a análise estatística, esta foi descritiva e utilizou-se uma amostragem por acessibilidade. O método escolhido é do tipo não-probabilístico. Tal amostragem acontece quando há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. (MARTINS, 2000). Dentre os tipos de amostragens não-probabilísticas, optou-se pela amostragem por acessibilidade pelo fato de que, neste tipo de amostragem, é possível que o pesquisador consiga os elementos a que tem maior facilidade de acesso, admitindo que tais elementos possam representar a população de forma satisfatória. (GIL, 1999).

Para a tabulação e análise dos dados, foi utilizado o programa SPSS (Statistical Package for the Social Science), na versão 18. Foram utilizados indicadores como média, percentual e frequência de resposta.

4. RESULTADOS

4.1 Greve de Professores Ocorrida na Universidade Federal de Lavras, em 2012

Segundo a Assessoria de Comunicação (UFLA, 2015), os professores da universidade aderiram à paralisação grevista no dia 14 de maio de 2012. Tal paralisação foi proposta pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), no qual a UFLA faz parte. A paralisação teve início no dia 17 de maio, com aprovação de 116 docentes, oito votos contrários e seis abstenções. Além da UFLA, outras 42 instituições federais, que fazem parte do ANDES-SN, entraram em greve.

A paralisação teve como principal motivação a reestruturação da carreira docente. Desde agosto de 2010, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior negociava pendências a fim de valorizar a carreira dos docentes federais, através de oficinas de trabalho para a elaboração e aprovação de uma proposta acordada entre as partes, com prazo máximo para a definição até 31 de março de 2012. Todavia, as negociações não se concretizaram, principalmente no que diz respeito à reestruturação da carreira dos docentes, que era a principal reivindicação da classe. (UFLA, 2015).

Ainda, segundo a Assessoria de Comunicação (UFLA, 2015), no dia 14 de maio, o governo federal publicou uma medida provisória que garantia aumento de 2% a 31% nas remunerações de carreiras de 15 categorias. Com a medida provisória, seriam 937,6 mil servidores contemplados, entre ativos, aposentados e pensionistas; 140 mil docentes teriam reajuste de 4% ao salário-base e sobre a retribuição por Titulação da Carreira do Magistério Superior (RT).

Os professores, insatisfeitos com a reestruturação proposta pelo governo federal, permaneceram em greve. Após quatro meses de paralisação grevista, no dia 12 de setembro de 2012, o sindicato e os docentes decidiram que a greve

seria suspensa no dia 17 do mesmo mês, com o retorno das aulas no dia 20 de setembro. A greve durou 124 dias na UFLA. Conseqüentemente, os alunos da universidade ficaram todo esse período sem ministração de aulas. (UFLA, 2015).

4.2 Resultados e Discussão

Os resultados apresentados, a seguir, referem-se à tabulação das respostas dos questionários aplicados. É importante salientar que a amostra de pesquisa foi composta por 81 alunos de Administração Pública que vivenciaram o período de greve dos professores em 2012.

Quanto ao período que os alunos estavam cursando durante o advento da greve, os alunos que cursavam o 4º período foram os que mais responderam, já os alunos que cursavam o 5º e o 6º período foram os que menos responderam. O baixo número de respostas de alunos do 5º e do 6º período deve-se ao fato de o curso de Administração Pública presencial da UFLA ter sido aberto no segundo semestre de 2010; sendo assim, a primeira turma a ingressar, no curso, estava no 4º período no advento da greve. Os alunos que responderam estar no 5º e no 6º período, possivelmente, foram transferidos de outro curso.

Tabela 1 Período que os alunos estavam cursando no advento da greve

Período	Frequência	Percentual
1º	18	22,2
2º	19	23,5
3º	17	21,0
4º	23	28,4
5º	2	2,5
6º	2	2,5
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

Acerca da questão que procurou identificar se os estudantes exerciam alguma profissão remunerada fora da universidade no momento que iniciou a greve, uma maior parcela respondeu ‘não’. Embora a quantidade de alunos que não exercia atividade remunerada tenha sido superior, é notável que a quantidade de alunos que exercia é expressiva, afinal, representa 35,8% das respostas. O fato de o curso de Administração Pública ser noturno permite que os alunos conciliem trabalho e estudo.

Tabela 2 Quantidade de estudantes que exercia atividade remunerada fora da universidade no advento da greve

Alternativas	Frequência	Percentual
Não	52	64,2
Sim	29	35,8
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

A respeito do sexo dos estudantes, a maior parte foi do sexo feminino, representando 58% das respostas.

Tabela 3 Sexo dos estudantes

Sexo	Frequência	Percentual
Feminino	47	58,0
Masculino	34	42,0
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação à questão discursiva que objetivou identificar a idade atual dos alunos, obteve-se uma média de 23 anos. Deste modo, deduz-se que, no período de greve, em 2012, a média de idade seria de 20 anos.

Quanto ao posicionamento e conhecimento dos discentes a respeito da greve dos professores de 2012, obteve-se as seguintes respostas, em escala, para cada afirmativa proposta:

“Fui favorável ao início da greve.” A maior parte dos alunos concordou parcialmente. Nota-se que os alunos foram a favor do início da greve, porém, não totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, para melhor descrever as opiniões dos respondentes, o percentual de alunos com posição favorável foi de 45,7%, o percentual com posição não favorável foi de 38,3% e o percentual de indiferentes foi de 16,0%. Entende-se, portanto, que os alunos, no geral, foram favoráveis ao início da greve.

Tabela 4 Favorabilidade dos discentes quanto ao início da greve

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	16	19,8
Discordo Parcialmente	15	18,5
Indiferente	13	16,0
Concordo Parcialmente	22	27,2
Concordo Totalmente	15	18,5
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Se a greve dependesse do meu voto para acontecer, eu votaria sim.” A maior parte dos alunos discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de estudantes que votaria ‘sim’ foi de 37%, o percentual que não votaria ‘sim’ foi de 48,1% e os indiferentes representaram 14,8% das respostas. Sendo assim, pode-se afirmar que, embora os estudantes tenham sido favoráveis ao início da greve, estes não votariam ‘sim’ para que a mesma desencadeasse.

Tabela 5 Aprovação dos alunos para a ocorrência da greve

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	29	35,8
Discordo Parcialmente	10	12,3
Indiferente	12	14,8
Concordo Parcialmente	13	16,0

Concordo Totalmente	17	21,0
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Em minha concepção, as ações dos docentes (manifestações, negociações, informativos divulgados, etc) foram adequadas.” A maior parte dos alunos foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de discentes que considerou as ações adequadas foi de 32,1%, o percentual que não considerou foi de 39,5% e o percentual de indiferentes foi de 28,4%. Conclui-se que a maior parte dos estudantes não considerou as ações dos professores adequadas.

Tabela 6 Posicionamento dos estudantes quanto às ações dos docentes durante a greve

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	14	17,3
Discordo Parcialmente	18	22,2
Indiferente	23	28,4
Concordo Parcialmente	18	22,2
Concordo Totalmente	8	9,9
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive acesso e pleno conhecimento acerca das reivindicações propostas pelos docentes.” A maior parte dos estudantes foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve acesso e pleno conhecimento foi de 33,3%, o percentual de alunos que não teve foi de 38,2% e o percentual de indiferentes foi de 28,4%. Entende-se que a maior parte dos alunos não teve acesso e pleno conhecimento acerca das reivindicações propostas pelos docentes.

Tabela 7 Acesso e conhecimento dos discentes acerca das reivindicações propostas pelos docentes

Escalas	Frequência	Percentual
----------------	-------------------	-------------------

Discordo Totalmente	13	16,0
Discordo Parcialmente	18	22,2
Indiferente	23	28,4
Concordo Parcialmente	14	17,3
Concordo Totalmente	13	16,0
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Fui favorável à greve durante todo o seu período.” A maior parte discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual favorável de estudantes foi de 25,9%, o percentual não favorável foi de 58% e o percentual de indiferentes foi de 16%. Pode-se afirmar que a maior parte dos estudantes não foi favorável à greve durante todo o seu período. Viuse, anteriormente, que os estudantes foram a favor do início da greve, no entanto, no decorrer da mesma, mudaram suas opiniões.

Tabela 8 Favorabilidade dos alunos em relação à greve durante todo o seu período de duração

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	36	44,4
Discordo Parcialmente	11	13,6
Indiferente	13	16,0
Concordo Parcialmente	13	16,0
Concordo Totalmente	8	9,9
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação ao modo como a greve impactou as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos alunos, obteve-se as seguintes respostas, em escala, para cada afirmativa proposta:

Observação: as abstenções deste bloco de afirmativas devem-se ao fato de não ter havido obrigatoriedade de resposta, propiciando aos alunos sem condições de responder a possibilidade de deixar em branco.

“Tive dificuldades em começar alguma iniciação científica.” A maior parte discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, para melhor descrever as opiniões dos respondentes, o percentual de discentes que teve dificuldades foi de 19,77%, o percentual que não teve dificuldades foi de 29,7% e o percentual de indiferentes foi de 22,2%. Concluiu-se que a maior parte dos discentes não teve dificuldades em começar iniciação científica.

Tabela 9 Grau de dificuldade de os alunos começarem iniciação científica

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	19	23,5
Discordo Parcialmente	5	6,2
Indiferente	18	22,2
Concordo Parcialmente	10	12,3
Concordo Totalmente	6	7,4
Total	58	71,6
Abstenções	23	28,4
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em dar continuidade à iniciação científica que eu desenvolvia.” A maior parte discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve dificuldades foi de 18,5%, o percentual que não teve dificuldades foi de 27,2% e o percentual de indiferentes foi de 19,8%. Pode-se afirmar que a maior parte dos alunos não teve dificuldades em dar continuidade às iniciações científicas.

Tabela 10 Grau de dificuldade de os alunos continuarem atividades de pesquisa

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	19	23,5
Discordo Parcialmente	3	3,7
Indiferente	16	19,8
Concordo Parcialmente	9	11,1

Concordo Totalmente	6	7,4
Total	53	65,4
Abstenções	28	34,6
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em concluir a pesquisa científica que eu desenvolvia.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve dificuldades foi de 17,3%, o percentual que não teve dificuldades foi de 21% e o percentual de indiferentes foi de 19,8%. Entende-se que a maior parte dos alunos não teve dificuldades em concluir suas pesquisas científicas.

Tabela 11 Grau de dificuldade de os alunos concluírem atividades de pesquisa

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	15	18,5
Discordo Parcialmente	2	2,5
Indiferente	16	19,8
Concordo Parcialmente	8	9,9
Concordo Totalmente	6	7,4
Total	47	58,0
Abstenções	34	42,0
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em conseguir alguma modalidade de bolsa de pesquisa.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de estudantes que teve dificuldades foi de 18,5%, o percentual que não teve dificuldades foi de 21% e o percentual de indiferentes foi de 19,8%. Conclui-se que a maior parte dos estudantes não teve dificuldades em conseguir bolsa de pesquisa.

Tabela 12 Grau de dificuldade de os alunos conseguirem bolsa de pesquisa

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	15	18,5
Discordo Parcialmente	2	2,5
Indiferente	16	19,8
Concordo Parcialmente	7	8,6
Concordo Totalmente	8	9,9
Total	48	59,3
Abstenções	33	40,7
Total	81	100

.Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em iniciar algum projeto de extensão.” A maior parte discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve dificuldades foi de 20,9%, o percentual que não teve dificuldades foi de 22,3% e o percentual de indiferentes foi de 18,5%. Pode-se afirmar que a maioria dos alunos não teve dificuldades em iniciar projetos de extensão.

Tabela 13 Grau de dificuldade de os alunos iniciarem projetos de extensão

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	16	19,8
Discordo Parcialmente	2	2,5
Indiferente	15	18,5
Concordo Parcialmente	10	12,3
Concordo Totalmente	7	8,6
Total	50	61,7
Abstenções	31	38,3
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em dar continuidade ao projeto de extensão que eu desenvolvía.” A maior parte discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de discentes que teve dificuldades foi de 23,5%, o percentual que não teve dificuldades foi de 21% e o percentual de indiferentes foi de 14,8%. Entende-se que a maior parte dos discentes teve

dificuldades em dar continuidade a projetos de extensão.

Tabela 14 Grau de dificuldade de os alunos continuarem projetos de extensão

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	16	19,8
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	12	14,8
Concordo Parcialmente	8	9,9
Concordo Totalmente	11	13,6
Total	48	59,3
Abstenções	33	40,7
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em concluir o projeto de extensão que eu desenvolvia.” A maior parte discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve dificuldades foi de 19,8%, o percentual que não teve dificuldades foi de 21% e o percentual de indiferentes foi de 17,3%. Entende-se que a maioria dos alunos não teve dificuldades em concluir projetos de extensão.

Tabela 15 Grau de dificuldade de os alunos concluírem atividades de extensão

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	15	18,5
Discordo Parcialmente	2	2,5
Indiferente	14	17,3
Concordo Parcialmente	8	9,9
Concordo Totalmente	8	9,9
Total	47	58,0
Abstenções	34	42,0
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em conseguir alguma modalidade de bolsa de extensão.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes

e discordantes, o percentual de estudantes que teve dificuldades foi de 19,7%, o percentual que não teve dificuldades foi de 21% e o percentual de indiferentes foi de 21,%. Pode-se afirmar que a maior parte dos estudantes não teve dificuldades em conseguir bolsa de extensão.

Tabela 16 Grau de dificuldade de os alunos conseguirem bolsa de extensão

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	16	19,8
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	17	21,0
Concordo Parcialmente	7	8,6
Concordo Totalmente	9	11,1
Total	50	61,7
Abstenções	31	38,3
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em conseguir atividade de ensino (monitoria).” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de estudantes que teve dificuldades foi de 9,8%, o percentual que não teve dificuldades foi de 17,2% e o percentual de indiferentes foi de 24,7%. Entende-se que a maioria dos estudantes não teve um posicionamento, porém, do percentual que teve algum tipo de posicionamento, a maioria não teve dificuldades em conseguir atividade de monitoria.

Tabela 17 Grau de dificuldade de os alunos conseguirem atividade de monitoria

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	13	16,0
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	20	24,7
Concordo Parcialmente	1	1,2
Concordo Totalmente	7	8,6
Total	42	51,9
Abstenções	39	48,1
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em dar continuidade à atividade de ensino (monitoria) que eu desenvolvia.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de discentes que teve dificuldades foi de 7,4%, o percentual que não teve dificuldade foi de 18,5% e o percentual de indiferentes foi de 25,9%. Conclui-se que a maior parte dos discentes não se posicionou sobre a continuidade da monitoria, mas quanto ao percentual que se posicionou, uma maior parcela de alunos não teve dificuldades em dar continuidade à atividade de monitoria.

Tabela 18 Grau de dificuldade de os alunos continuarem atividade de monitoria

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	14	17,3
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	21	25,9
Concordo Parcialmente	1	1,2
Concordo Totalmente	5	6,2
Total	42	51,9
Abstenções	39	48,1
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em concluir a atividade de ensino (monitoria) que eu desenvolvia.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve dificuldades foi de 6,1%, o percentual que não teve dificuldades foi de 18,5% e o percentual de indiferentes foi de 24,7%. Entende-se que a maioria dos alunos não se posicionou, no entanto, do percentual que se posicionou, uma maior parcela não teve dificuldades em concluir atividade de monitoria.

Tabela 19 Grau de dificuldade de os alunos concluírem atividade de monitoria

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	14	17,3
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	20	24,7
Concordo Parcialmente	1	1,2
Concordo Totalmente	4	4,9
Total	40	49,4
Abstenções	41	50,6
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em conseguir bolsa de monitoria.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de estudantes que teve dificuldades foi de 9,8%, o percentual que não teve dificuldades foi de 18,5% e o percentual de indiferentes foi de 23,5%. Pode-se afirmar que a maioria dos estudantes não se posicionou, porém, do percentual que se posicionou, a maior parte não teve dificuldades em conseguir bolsa de monitoria.

Tabela 20 Grau de dificuldade de os alunos conseguirem bolsa de monitoria

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	14	17,3
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	19	23,5
Concordo Parcialmente	1	1,2
Concordo Totalmente	7	8,6
Total	42	51,9
Abstenções	39	48,1
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em iniciar alguma atividade de bolsa institucional (antiga bolsa atividade).” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos

que teve dificuldades foi de 9,9%, o percentual que não teve dificuldades foi de 18,5% e o percentual de indiferentes foi de 21,0%. Conclui-se que a maioria dos estudantes não se posicionou, contudo, do percentual que se posicionou, a maior parcela não teve dificuldades em iniciar atividade de bolsa institucional.

Tabela 21 Grau de dificuldade de os alunos iniciarem atividades de bolsa institucional

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	13	16,0
Discordo Parcialmente	2	2,5
Indiferente	17	21,0
Concordo Parcialmente	2	2,5
Concordo Totalmente	6	7,4
Total	40	49,4
Abstenções	41	50,6
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em dar continuidade às atividades de bolsa institucional (antiga bolsa atividade) que eu desenvolvia.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de alunos que teve dificuldades foi de 8,7%, o percentual que não teve dificuldades foi de 17,2% e o percentual de indiferentes foi de 22,2%. Pode-se afirmar que a maior parte dos alunos não se posicionou, entretanto, do percentual que se posicionou, uma maior parte não teve dificuldades em continuar as atividades de bolsa institucional.

Tabela 22 Grau de dificuldade de os alunos continuarem atividades de bolsa institucional

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	13	16,0
Discordo Parcialmente	1	1,2
Indiferente	18	22,2
Concordo Parcialmente	2	2,5

Concordo Totalmente	5	6,2
Total	39	48,1
Abstenções	42	51,9
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em iniciar alguma atividade voluntária.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de estudantes que teve dificuldades foi de 11,1%, o percentual que não teve dificuldades foi de 19,7% e o percentual de indiferentes foi de 22,2%. Entende-se que a maior parcela não se posicionou, no entanto, do percentual que se posicionou, uma maior parte não teve dificuldades em iniciar atividade voluntária.

Tabela 23 Grau de dificuldade de os alunos iniciarem atividades voluntárias

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	13	16,0
Discordo Parcialmente	3	3,7
Indiferente	18	22,2
Concordo Parcialmente	3	3,7
Concordo Totalmente	6	7,4
Total	43	53,1
Abstenções	38	46,9
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em dar continuidade à atividade voluntária que eu desenvolvia.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de discentes que teve dificuldades foi de 9,9%, o percentual que não teve dificuldades foi de 21% e o percentual de indiferentes foi de 22,2%. Conclui-se que a maior parte não se posicionou, todavia, do percentual que se posicionou, uma maior parcela não teve dificuldades em continuar atividade voluntária.

Tabela 24 Grau de dificuldade de os alunos continuarem atividades voluntárias

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	14	17,3
Discordo Parcialmente	3	3,7
Indiferente	18	22,2
Concordo Parcialmente	2	2,5
Concordo Totalmente	6	7,4
Total	43	53,1
Abstenções	38	46,9
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

“Tive dificuldades em concluir a atividade voluntária que eu desenvolvia.” A maior parte foi indiferente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, o percentual de discentes que teve dificuldades foi de 11,1%, o percentual que não teve dificuldades foi de 19,7% e o percentual de indiferentes foi de 21,0%. Pode-se afirmar que a maior parte não se posicionou, mas da parcela que se posicionou, a maioria não teve dificuldades em concluir atividade voluntária.

Tabela 25 Grau de dificuldade de os alunos concluírem atividades voluntárias

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	13	16,0
Discordo Parcialmente	3	3,7
Indiferente	17	21,0
Concordo Parcialmente	2	2,5
Concordo Totalmente	7	8,6
Total	42	51,9
Abstenções	39	48,1
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

Acerca das conseqüências geradas pela greve no aprendizado/rendimento dos estudantes durante o período de reposição da greve, constatou-se que a maior parte dos alunos respondeu que o

aprendizado/rendimento diminuiu na maior parte das disciplinas. Apenas uma pequena parcela dos alunos não se sentiu prejudicada.

Quadro 1 Aprendizado/rendimento dos alunos no período de reposição da greve

Alternativas	Frequência	Percentual
Durante o período de reposição da greve, meu aprendizado/rendimento diminuiu na maior parte das disciplinas.	41	50,6
Durante o período de reposição da greve, meu aprendizado/rendimento diminuiu em uma pequena parcela das disciplinas.	30	37,0
Durante o período de reposição da greve, meu aprendizado/rendimento não foi prejudicado.	10	12,3
Total	81	100

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Quanto às atividades que os alunos desempenharam, no período da greve, durante o tempo que era dedicado às disciplinas, a maior parte afirmou ter ficado ociosa. **Observação:** Os respondentes tiveram a opção de assinalar mais de uma opção, sendo assim, o percentual não totalizou exatos 100%.

Quadro 2 Atividades que os alunos desempenharam durante o período grevista

Alternativas	Percentual
Fiquei ocioso	49,4
Trabalhei/realizei estágio em atividade REMUNERADA e NÃO CONDIZENTE com minha área de graduação.	22,2
Trabalhei/realizei estágio em atividade REMUNERADA e CONDIZENTE com minha área de graduação.	13,6
Continuei, normalmente, com minhas atividades de extensão, na universidade, de forma NÃO REMUNERADA.	9,9

Trabalhei/realizei estágio em atividade NÃO REMUNERADA e CONDIZENTE com minha área de graduação.	6,2
Continuei, normalmente, com minhas atividades de pesquisa, na universidade, de forma NÃO REMUNERADA.	6,2
Continuei, normalmente, com minhas atividades de extensão, na universidade, de forma REMUNERADA.	6,2
Continuei, normalmente, com minhas atividades de pesquisa, na universidade, de forma REMUNERADA.	3,7
Trabalhei/realizei estágio em atividade NÃO REMUNERADA e NÃO CONDIZENTE com minha área de graduação.	2,5
Outra atividade	6,2

Fonte: Resultados da pesquisa.

A respeito da afirmativa: “Graças à paralisação grevista, pude desenvolver atividades que enriqueceram minha formação pessoal e/ou profissional”; a maior parte dos alunos discordou totalmente. Somando-se as respostas concordantes e discordantes, para melhor descrever as opiniões dos respondentes, 58% dos alunos discordaram, 23% concordaram e 18,5% foram indiferentes. Portanto, pode-se afirmar que os alunos não se sentiram enriquecidos pessoalmente e/ou profissionalmente devido à greve.

Tabela 26 Percepção dos alunos a respeito dos reflexos da greve para a vida pessoal e/ou profissional

Escalas	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	35	43,2
Discordo Parcialmente	12	14,8
Indiferente	15	18,5
Concordo Parcialmente	8	9,9
Concordo Totalmente	11	13,6
Total	81	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação às perspectivas dos alunos quanto ao principal ponto positivo da greve para sua vida, as respostas (discursivas) mais freqüentes foram:

- Tempo maior com a família e amigos. (12 respostas/14,81%).
- Descanso fora de época.(10 respostas/12,34%).
- Maior dedicação ao trabalho. (7 respostas/8,64%).
- Tempo para resolver assuntos pessoais. (6 respostas/7,40%).
- Maior dedicação a projetos de pesquisa. (5 respostas/6,17%).

Em relação às perspectivas dos estudantes quanto ao principal ponto negativo da greve para sua vida, as respostas (discursivas) mais freqüentes foram:

- Prejuízos no aprendizado e no rendimento acadêmico durante a reposição da greve. (26 respostas/32,09%).
- Ociosidade. (17 repostas/20,98%).
- Diminuição das férias nos semestres posteriores. (9 respostas/11,11%).
- Cansaço causado pelo vasto conteúdo lecionado em um curto período de tempo durante a reposição da greve. (5 respostas/6,17%).
- Impossibilidade de traçar planos por conta da incerteza de quando acabaria a greve. (5 respostas/6,17%).

Comparando-se os impactos causados pela greve no rendimento/aprendizado dos alunos com os impactos causados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos mesmos, nota-se que há uma oposição de percepções dos estudantes.

No primeiro quesito, os alunos se sentiram prejudicados. O gráfico, abaixo, mostra a quantidade de alunos que teve o rendimento/aprendizado diminuído na maior parte das disciplinas, a quantidade que teve diminuição em

uma pequena parcela das disciplinas e a quantidade de estudantes que não teve diminuição de rendimento/aprendizado. Vejamos o gráfico:

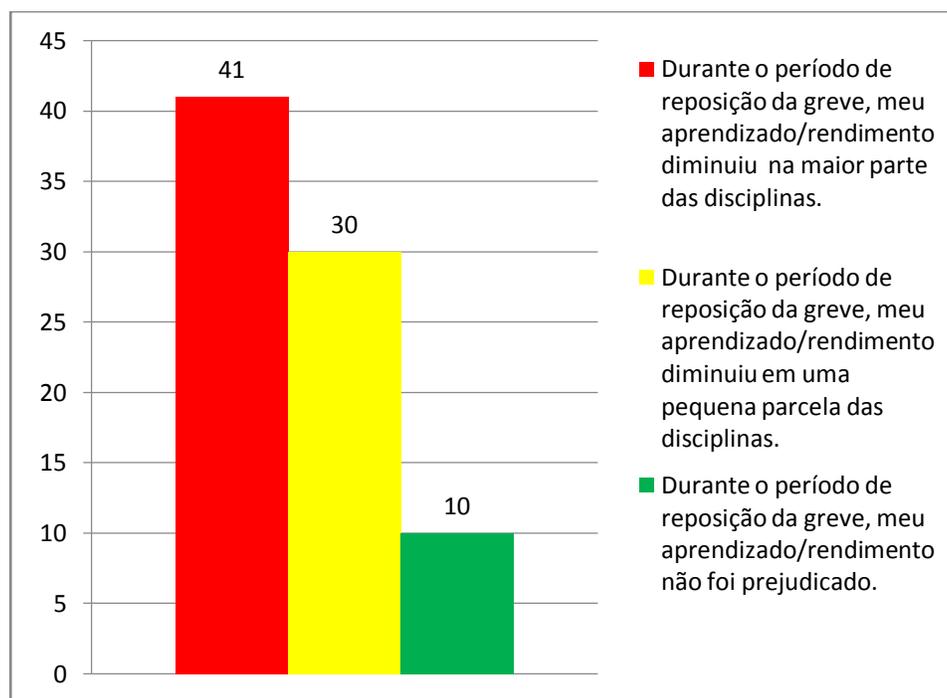


Gráfico 1 Percepção dos alunos quanto aos níveis de aprendizado/rendimento, nas disciplinas, durante o período de reposição da greve
Fonte: Resultados da pesquisa.

No gráfico a seguir, somou-se os dois grupos de alunos que se sentiram prejudicados de alguma forma e comparou-se com o grupo que não se sentiu prejudicado:

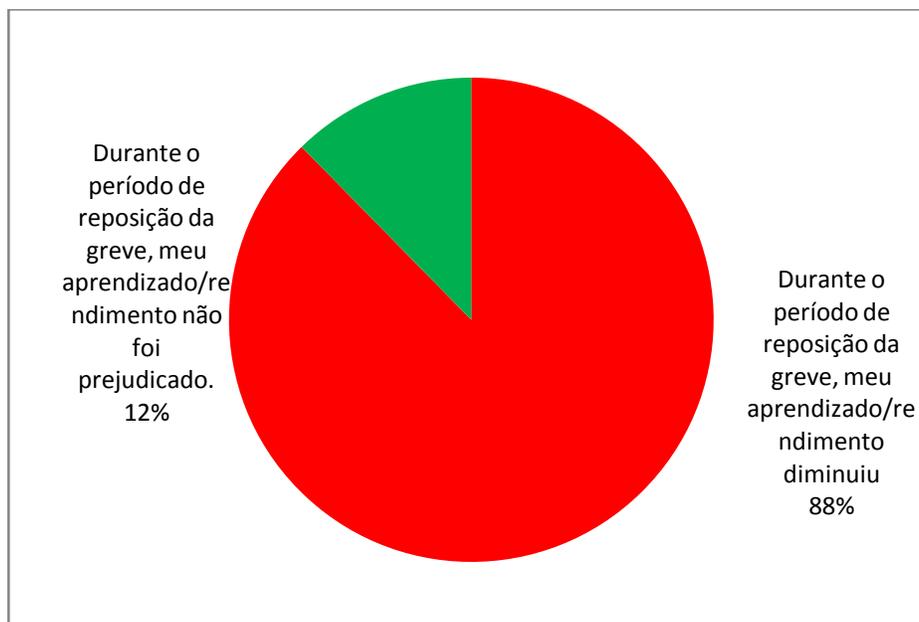


Gráfico 2 Percentual de alunos que teve e que não teve rendimento/aprendizado diminuído durante a reposição da greve
Fonte: Resultados da pesquisa.

Por outro lado, no segundo quesito, os alunos demonstraram não terem sido prejudicados. O gráfico, na sequência, mostra o grau de dificuldade dos alunos em conseguir iniciar, continuar e concluir atividades de ensino, pesquisa e extensão. As respostas foram quantificadas de 0 a 4, em que o número 2 representa neutralidade, números menores que 2 representam ausência de dificuldade e números maiores que 2 representam existência de dificuldade:

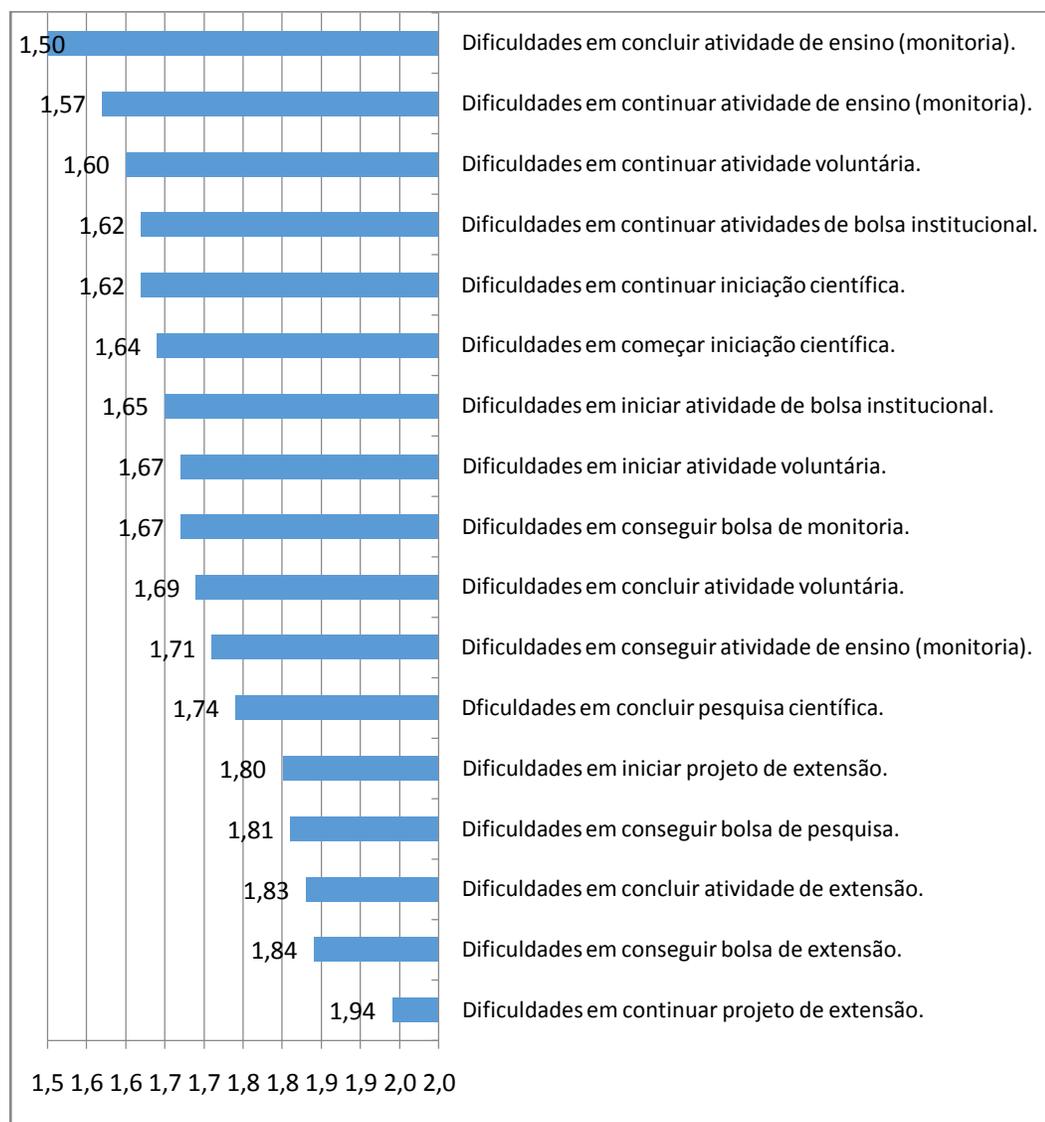


Gráfico 3 Grau de dificuldade dos alunos em iniciar, continuar e concluir atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a paralisação grevista

Fonte: Resultados da pesquisa.

Realizando-se um cruzamento de dados entre a favorabilidade dos alunos em relação ao início da greve com a quantidade de alunos que exercia

atividade remunerada fora da universidade no momento da greve, pode-se observar que a maior parte dos concordantes foi formada por alunos que não exerciam atividade fora da universidade, representando 78,3% do total de respostas concordantes, enquanto os alunos que exerciam atividade remunerada fora da universidade representaram apenas 21,7% do total de respostas concordantes. Entende-se que os alunos, que possivelmente só estudavam, foram mais favoráveis ao início da greve.

Quadro 3 Cruzamento de dados entre a favorabilidade dos alunos em relação ao início da greve e a quantidade de alunos que exercia atividade remunerada fora da universidade no momento que ocorreu a paralisação

		No momento que ocorreu a greve, você exercia alguma profissão remunerada fora da universidade?		Total
		Não	Sim	
Fui favorável ao início da greve.	Discordo totalmente	9	7	16
	Discordo parcialmente	6	9	15
	Indiferente	8	5	13
	Concordo parcialmente	15	7	22
	Concordo totalmente	14	1	15
Total		52	29	81

Fonte: Resultados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados dos objetivos propostos, conclui-se que os alunos foram favoráveis ao início da greve, entretanto, não foram favoráveis à

greve durante todo o seu período de duração. Quanto à existência de dificuldades de os alunos começarem, continuarem e concluírem atividades de ensino, pesquisa e extensão, os respondentes julgaram não ter havido grandes dificuldades. A respeito das atividades que os discentes desempenharam durante a paralisação grevista, predominou a ociosidade. Em relação ao aprendizado/rendimento dos estudantes, no curso das disciplinas, durante o período de reposição da greve, estes julgaram ter havido uma queda. Acerca de possíveis prejuízos causados na vida dos alunos, observou-se que os principais prejuízos foram: queda no aprendizado e no rendimento acadêmico durante o período de reposição da greve; ociosidade; diminuição das férias nos semestres posteriores; cansaço causado pelo vasto conteúdo lecionado em um curto período de tempo, durante a reposição da greve; e a impossibilidade de traçar planos, durante a greve, pela incerteza de quando a mesma terminaria.

Em suma, conclui-se que houve uma oposição de opiniões dos alunos em dois aspectos: grau de dificuldade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e grau de aprendizado/rendimento, nas disciplinas, durante o período de reposição da greve. No primeiro aspecto, os estudantes julgaram não terem sido prejudicados, por outro lado, no segundo aspecto, os mesmos julgaram ter havido prejuízos. Embora os alunos não tenham se sentido prejudicados em um aspecto, pode-se afirmar que a greve, no geral, foi negativa aos discentes, haja vista que uma universidade deve zelar pelo êxito das atividades de ensino, pesquisa e extensão, todavia, constatou-se que, sob a percepção dos alunos, o aprendizado/rendimento, no período de reposição da greve, não foi satisfatório.

6. REFERÊNCIAS

ALONSO OLEA, Manuel; CASAS BAAMONDE, Maria Emilia. Derecho del trabajo. 18. ed. Madrid: Civitas, 2000.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 165.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 21 de julho de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de janeiro de 1967, Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 21 de julho de 2014.

BRASIL, **Lei nº 7783** de 28 de junho de 1989, Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.htm>. Acesso em 21 de junho de 2014.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm>. Acesso em 21 de julho de 2014.

BUEN LOZANO, Néstor de. Derecho del trabajo. México: Editorial Porrúa, 1977. t. 2.

CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi da. A greve no serviço público: elementos conceituais e o debate em torno da sua regulamentação; 2009. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2685>. Acesso em 08 de julho de 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.p 198.

HUECK, Alfred; NIPPERDEY, H. C. Compendio de derecho del trabajo. Trad. Miguel Rodriguez Piñero; Luis Enrique de la Villa. Madrid: Editorial revista de derecho privado, 1963.

KOSTESKI, Graciele. Princípio da continuidade do serviço público e o direito de greve, 2009, São Paulo. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1616/Princípio-da-continuidade-do-servico-publico-e-o-direito-de-greve>>. Acesso em 01 de julho de 2014.

LATOURNERIE, Roger. Le droit français de la grève: etude théorique et pratique. Paris: Sirey, 1972.

LOUREIRO, Alexandre Pinto. O Direito de Greve do Servidor Público no Brasil diante do Princípio do Interesse Público, 2009. 239 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) Faculdade de Direito da USP- São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-14102010-160659/pt-br.php>>. Acesso em 03 de julho de 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 2000.

MAGANO, Octávio Bueno. *Organização sindical brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró (2013), “**Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012**”, em *Revista Iberoamericana de Educación Superior (ries)*, México, unam-iiisue/Universia, vol. IV, núm. 10, pp. 135-142. Disponível em <<http://rieshttps://ries.universia.net/article/viewFile/120/171>>. Acesso em 07 de abril de 2015.

NIETO GARCIA, Alejandro. La burocracia. Madrid: Instituto de Estudios Administrativos, 1976.p.488.

SINAY, Hélène: Traite de droit du travail. Paris: Dalloz, 1966. t. 6.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR, Assessoria de Comunicação do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior. “**Greve de 2012 dos docentes federais passa a ser a mais longa da história do setor**”. 06 de setembro de 2012. Sítio eletrônico disponível em <<http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5576>>. Acesso em 07 de abril de 2015.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, Assessoria de Comunicação, “**Marcha de Estudantes Une 3 Mil em Defesa da Educação e da Universidade**”, 16 de abril de 2015. Sítio eletrônico disponível em

<<http://www.une.org.br/2012/06/marchadosestudantes-une-3-mil-em-defesa-da-educacao-e-da-universidade/>>. Acesso em 16 de abril de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Lavras. **“Professores da UFLA Iniciam Greve”**. 16 de maio de 2012. Sítio eletrônico disponível em <<http://www.ufla.br/ascom/2012/05/16/professores-da-ufla-iniciam-greve-a-partir-desta-quinta-feira-17/>>. Acesso em 09 de julho de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Assessoria de Comunicação, **“Greve na UFLA foi suspensa nessa segunda-feira (17) – retorno às aulas será na quinta-feira (20)”**. 12 de setembro de 2012. Sítio eletrônico disponível em <<http://www.ufla.br/ascom/2012/09/12/greve-na-ufla-foi-suspensa-nessa-segunda-feira-17-retorno-as-aulas-serana-quinta-feira-20-leia-a-materia-na-integra/>>. Acesso em 09 de julho de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Assessoria de Comunicação, **“Estudantes da UFLA entram em greve em apoio aos professores”**, 18 de maio de 2012. Sítio eletrônico disponível em <<http://www.ufla.br/ascom/2012/05/18/estudantes-da-ufla-entram-em-greve-em-apoio-aos-professores/>>. Acesso em 16 de abril de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Diretório Central dos Estudantes, **“Solicitações das Entidades Estudantis referente à paralisação dos servidores da Universidade Federal de Lavras para minimizar os possíveis prejuízos que possam ocorrer após o retorno do período letivo”**, 04 de agosto de 2012. Sítio eletrônico disponível em <<http://www.dce.ufla.br/sites/default/files/Ao%20Reitor%20da%20UFLA%20-%20Solicitacoes%20dos%20discentes%20referentes%20a%20greve%202012.pdf>>. Acesso em 16 de abril de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Diretoria de Registro e Controle Acadêmico. Sítio eletrônico disponível em <<http://www.drca.ufla.br/asp/QuantidadeAlunoHoje.asp>>. Acesso em 24 de julho de 2014.

VICTOR, Rodrigo Albuquerque de, 2007. As "novas regras" sobre o direito de greve dos servidores públicos. O Supremo Tribunal Federal e a nova feição do mandado de injunção. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/10647/as-novas-regras-sobre-o-direito-de-greve-dos-servidores-publicos>>. Acesso em 08 de julho de 2014.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002.

APÊNDICES

Apêndice A

Questionário de Pesquisa

Este questionário busca levantar dados para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (Administração Pública/UFLA); tendo como objetivo identificar as conseqüências causadas aos alunos de graduação presencial de Administração Pública da UFLA que vivenciaram a paralisação grevista de 124 dias que ocorreu de 17 de maio a 17 de setembro de 2012. Para que o objetivo seja alcançado com êxito, é imprescindível sua colaboração. A sua identidade não é necessária. Obrigado!

Período que você estava cursando durante o advento da greve (2012/1):

1° 2° 3° 4° 5° 6° 7° 8° 9° 10° 11° 12°

No momento que ocorreu a greve (2012/1), você exercia alguma profissão remunerada fora da universidade?

Sim Não

Sexo:

Masculino Feminino

Idade (atual): _____

1 – As afirmativas, abaixo, referem-se ao seu posicionamento e conhecimento a respeito da greve dos professores universitários ocorrida em 2012. Marque apenas uma opção para cada afirmativa.

Afirmativas	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
1.1 - Fui favorável ao início da greve.					
1.2 - Se a greve dependesse de meu voto para acontecer, eu votaria 'sim'.					
1.3 - Em minha concepção, as ações dos docentes (manifestações, negociações, informativos divulgados, etc.) foram adequadas.					
1.4 - Tive acesso e pleno conhecimento acerca das reivindicações propostas pelos docentes.					
1.5 - Fui favorável à greve durante todo o seu período.					

2 – As afirmativas, abaixo, dizem respeito ao modo como a greve impactou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Marque apenas uma opção para cada afirmativa. Observação: caso você não se identifique ou não tenha condições de responder determinada(s) afirmativa(s), deixe em branco.

Afirmativas	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
2.1 - Tive dificuldades em começar alguma iniciação científica.					

2.2 - Tive dificuldades em dar continuidade à iniciação científica que eu desenvolvia.					
2.3 - Tive dificuldades em concluir a pesquisa científica que eu desenvolvia.					
2.4 - Tive dificuldades em conseguir alguma modalidade de bolsa de pesquisa.					
2.5 - Tive dificuldades em iniciar algum projeto de extensão.					
2.6 - Tive dificuldades em dar continuidade ao projeto de extensão que eu desenvolvia.					
2.7 - Tive dificuldades em concluir o projeto de extensão que eu desenvolvia.					
2.8 - Tive dificuldades em conseguir alguma modalidade de bolsa de extensão.					
2.9 - Tive dificuldades em conseguir atividade de ensino (monitoria).					
2.10 - Tive dificuldades em dar continuidade à atividade de ensino (monitoria) que eu desenvolvia.					
2.11 - Tive dificuldades em concluir a atividade de ensino (monitoria) que eu desenvolvia.					
2.12 - Tive dificuldades em conseguir bolsa de monitoria.					
2.13 - Tive dificuldades em iniciar alguma atividade de bolsa institucional (antiga bolsa atividade).					
2.14 - Tive dificuldades em dar continuidade às atividades de bolsa institucional (antiga bolsa atividade) que eu desenvolvia.					
2.15 - Tive dificuldades em iniciar alguma atividade voluntária.					
2.16 - Tive dificuldades em dar continuidade à atividade voluntária que eu desenvolvia.					

2.17 - Tive dificuldades em concluir a atividade voluntária que eu desenvolvia.					
---	--	--	--	--	--

3 - Durante o período de greve, quais atividades você desempenhou no tempo que era dedicado às disciplinas? Observação: é permitido assinalar mais de uma opção.

- 3.1 - () Trabalhei/realizei estágio em atividade remunerada e condizente com minha área de graduação.
- 3.2 - () Trabalhei/realizei estágio em atividade remunerada e não condizente com minha área de graduação.
- 3.3 - () Trabalhei/realizei estágio em atividade não remunerada e condizente com minha área de graduação.
- 3.4 - () Trabalhei/realizei estágio em atividade não remunerada e não condizente com minha área de graduação.
- 3.5 - () Continuei, normalmente, com minhas atividades de pesquisa, na universidade, de forma remunerada.
- 3.6 - () Continuei, normalmente, com minhas atividades de pesquisa, na universidade, de forma não remunerada.
- 3.7 - () Continuei, normalmente, com minhas atividades de extensão, na universidade, de forma remunerada.
- 3.8 - () Continuei, normalmente, com minhas atividades de extensão, na universidade, de forma não remunerada.
- 3.9 - () Fiquei ocioso.
- 3.10 - () Outra atividade. Cite: _____

4 –Tendo em vista o fato de o período letivo de 2012/1 ter sido interrompido pelo advento da greve e ter continuado após o término da mesma, marque apenas uma opção a respeito da reposição da greve:

- 4.1 – () Durante o período de reposição da greve, meu aprendizado/rendimento diminuiu na maior parte das disciplinas.
- 4.2 – () Durante o período de reposição da greve, meu aprendizado/rendimento diminuiu em uma pequena parcela das disciplinas.
- 4.3 – () Durante o período de reposição da greve, meu aprendizado/rendimento não foi prejudicado.

5 – A afirmativa e as questões, abaixo, têm por objetivo descobrir se houve prejuízos, em sua vida, devido à paralisação grevista. Na afirmativa 5.1, marque apenas uma opção. Quanto às questões 5.2 e 5.3, responda, discursivamente, o que foi indagado.

Afirmativa	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
5.1 - Graças à paralisação grevista, pude desenvolver atividades que enriqueceram minha formação pessoal e/ou profissional.					

5.2 – Cite, resumidamente, o principal ponto positivo, para a sua vida, que você atribui à paralisação grevista de 2012.

5.3 – Cite, resumidamente, o principal ponto negativo, para a sua vida, que você atribui à paralisação grevista de 2012.
